

**EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NA QUALIDADE DE ENSINO:
ESTUDO DE CASO NO ENSINO PRIMÁRIO EM ANGOLA**

***SOCIAL EXCLUSION AND POVERTY IN THE QUALITY OF TEACHING:
A CASE STUDY IN PRIMARY EDUCATION IN ANGOLA***

***LA EXCLUSIÓN SOCIAL Y LA POBREZA EN LA CALIDAD DE LA
EDUCACIÓN: ESTUDIO DE CASO EN LA ENSEÑANZA PRIMARIA EN
ANGOLA***

JUSTINO CANGUE
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO INDEPENDENTE – ANGOLA
LUBANGO, ANGOLA
JUSTINOCANGUE@GMAIL.COM
HTTP://ORCID.ORG.0000-0002-2395-5606

RESUMO: O artigo apresenta os resultados de um estudo realizado em uma localidade angolana e propõe-se estabelecer relações entre as condições socioeconômicas dos alunos e as condições de aprendizado escolar. Procurou-se compreender se a qualidade de vida precária das famílias implica na situação de fracasso de aprendizagem dos seus educandos. As crianças que representam a amostra, nunca têm as três refeições diárias, nem uma refeição de qualidade. E a escola onde estudam não oferece a merenda escolar ao longo do período das aulas. Por meio de uma pesquisa mista, analisou-se a relação da pobreza e a aprendizagem dos alunos da escola primária da Tchavola, uma zona periférica da cidade do Lubango – Angola.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão social. Pobreza. Inclusão escolar. Qualidade de ensino. Angola.

ABSTRACT: This paper presents the results of a study carried out in an Angolan town and sets out to establish a relationship between the socioeconomic conditions of students and the conditions of school learning. It aimed to understand if the precarious quality of life for families contributes to the failure situation in learning for their children. The children that represent the sample never have three meals a day, nor even one quality meal. And the school where they study does not offer lunch/snack during the class period. Using a mixed research model, an analysis was done of the relation between poverty and students' performance at the Tchavola primary school, a peripheral area in the city of Lubango, Angola.

KEYWORDS: Social exclusion. Poverty. School inclusion. Teaching Quality. Angola.

RESUMEN: El artículo presenta los resultados de un estudio realizado en una localidad angolana y propone establecer relaciones entre las condiciones socioeconómicas de los estudiantes y las condiciones de aprendizaje de la escuela. Se trató de comprender si la precaria calidad de vida de las familias implica la situación de fracaso escolar de sus alumnos. Los niños que representan la muestra nunca tienen las tres comidas diarias, ni una comida de calidad. Y la escuela donde estudian no ofrece una comida escolar durante el período de clase. Una encuesta mixta analizó la relación entre la pobreza y el aprendizaje de los estudiantes de la escuela primaria de Tchavola, una zona periférica de la ciudad de Lubango - Angola.

PALABRAS CLAVE: Exclusión social. Pobreza. Inclusión escolar. Calidad de la educación. Angola.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática da exclusão social e o impacto da pobreza na qualidade de ensino-aprendizagem. Trata-se de um estudo realizado numa Escola Primária junto da comunidade do Bairro da Tchavola, na Cidade do Lubango em Angola – África Austral. Desde a data da Independência, 11 de Novembro de 1975, seguida de uma sangrenta guerra civil, passados 45 anos as cidades cresceram de forma muito desordenada, devido ao processo migratório das distintas populações, que iam em busca de refúgio em diversas áreas consideradas como seguras. Fato que fez com que muitas famílias abandonassem as suas aldeias,

as suas lavras, o seu gado e habituais ocupações, levando-as à uma desqualificação profissional, dificultando o poder de produção agrícola, da pastorícia, da compra de bens essenciais para a satisfação das suas necessidades básicas, devido aos contextos sociais diferentes e a inadaptação a vida urbana.

Hoje em dia, verifica-se muitas situações de pessoas que vivem em condições extremamente precárias, privadas de viver com dignidade, impedindo-as de usufruir ou ter acesso à alguns benefícios sociais básicos, garantidos em um Estado Democrático de Direito. Este Estado assegura o direito à água canalizada, à saúde e à educação condigna para si e para os seus filhos, preservando a integridade social, moral e física dos seus cidadãos.

Ninguém duvida que parte importante da população do segundo maior produtor de petróleo da África negra e de uma das capitais mais cara do mundo, vive, desde 2010, em condições extrema pobreza, exibindo taxas de mortalidade infantil entre as mais elevadas do mundo, um déficit crónico de água potável, taxas de analfabetismo também muito elevadas, assim como epidemias periódicas de doenças infecciosas e contagiosas como a malária e a cólera (SANTOS, 2015, p. 101).

Até hoje, ano de 2020, as cidades capitais das 18 Províncias de Angola, não possuem água potável canalizada e energia elétrica durante 24 horas seguidas e ininterruptas. A pobreza priva as pessoas de usufruir de algumas dimensões do bem-estar de um indivíduo, como acesso limitado aos serviços de saúde, trabalho e formação precária, habitação inadequada, desnutrição das crianças, falta de oportunidades para escolher uma profissão. São situações que impactam no aprendizado dos alunos pobres.

A pobreza em Angola é considerada como um flagelo nacional e aparece associada ao desemprego, exclusão social, ao insucesso escolar e a destruição das crianças, manifestações estas que acabam por ser produto da ruptura dos elos sociais fundamentais (ROCHA, 2004).

O tema sobre a pobreza e educação em Angola já foi objeto de estudo de vários autores (SEN, 1999; CARVALHO, 2004a, 2004b; SILVA; CARVALHO, 2009; SANTOS, 2015; OLIVEIRA, 2012a; BERNAL-GUERRERO; CANGUE, 2018). Os problemas pesquisados nesta investigação justificam-se pelo fato de Angola ser um país com 1.246.700 quilômetros quadrados, com cerca de apenas 35.000.000 de habitantes, uma população maioritariamente jovem. Angola possui o solo e o subsolo com imensas riquezas com destaque de terras férteis para a prática de agricultura, contudo, é um país que vive de importações de alimentos, durante 45 anos de independência. Um país que possui solo rico de minerais (como os diamantes, ferro, ouro), petróleo, mares ricos em peixe, zonas verdes e praias. Tais condições tornam Angola, atualmente, numa das potenciais economias de África Subsaariana.

A miséria em Angola contrasta com as potencialidades em recursos naturais que, o país oferece e com as suas riquezas minerais. É o segundo maior produtor de petróleo na África Subsaariana e o quarto maior produtor de diamantes no mundo. Para além dos recursos minerais, Angola beneficia de boa pluviosidade, terras aráveis, água, florestas, pesca costeira e do interior e uma rara riqueza, fauna e flora. (MINPLAN, 2005, p. 14 -15).

A péssima gestão por parte de diversas instituições públicas em Angola, onde maior parte da população é pobre, impede que as políticas públicas funcionem para a criação de oportunidades sociais, no que tange à educação, à saúde, à reforma agrária, ao emprego, às redes de segurança social, aos transportes públicos, à consolidação do empresariado nacional, que ajudariam no fomento ao emprego, entre outros, perdendo de vista a prioridade de desenvolver os recursos humanos que garantem a ampliação de habilidades profissionais para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico.

Em função dessa problemática, urge compreender a relação entre a pobreza e o nível de qualidade de ensino escolar das crianças, do Bairro da Tchavola e, de uma forma geral, da maioria das crianças angolanas. Desta forma levanta-se a seguinte questão: O nível de qualidade de vida das famílias impacta o desempenho escolar dos seus educandos?

Definiu-se como objetivo geral estabelecer a relação existente entre a pobreza e a qualidade da aprendizagem da população estudantil, da Escola Primária do Bairro da Tchavola. Como objetivos específicos: (1) conhecer como o nível de pobreza influencia na qualidade de aprendizagem das crianças moradoras do Bairro da Tchavola e (2) propor algumas recomendações de melhoria da condição social dos alunos do Bairro da Tchavola em Angola.

O CONCEITO DE POBREZA

Os debates em torno do conceito de pobreza têm dado origem, ao longo dos anos, a definições que se enquadram em diferentes dimensões. Segundo Abreu (2012, p. 5), “a pobreza é um fenómeno complexo que significa coisas diferentes para diferentes pessoas”. A pobreza pode ser analisada “[...] enquanto uma situação de escassez de que, um indivíduo ou uma família dispõe para satisfazer as necessidades consideradas básicas”, (RODRIGUES, 1999, p. 66). Costa defende que “a pobreza é a situação de privação resultante da falta de recursos” (1998, p. 27). A pobreza define-se como uma situação em que, famílias e grupos da população se defrontam com a falta de recursos que lhes permitem ter o tipo de alimentação, participação nas atividades e condições de vida e conforto que são habituais, ou pelo-menos amplamente encorajados ou aprovados, nas sociedades a que pertencem (CARVALHO, 2004b). As ideias dos autores fazem-nos compreender que a pessoa ou família em estado de pobreza extrema possuem necessidades de bens para o consumo básico, como a alimentação nutricional balanceada, habitação e vestuário. Importa esclarecer que o conceito de pobreza como sendo universal é aplicável para todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade, origem social e étnica. Pode-se afirmar que, qualquer pessoa vive em situação de pobreza se estiver abaixo do padrão universal. Segundo Carvalho (2004a, 2004b), o pobre é todo aquele que não possui meios que lhe permitem sobreviver ao nível universalmente considerado aceitável, ou seja, não dispõe de recursos que garantem a satisfação das necessidades básicas.

A POBREZA EM ANGOLA

Recentemente, a comunidade internacional reconheceu que a pobreza afeta todas as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento, sendo não apenas sinónimo de carência econômica ou falta de alimentação, mas igualmente de carência material (alimentação, vestuário, alojamento, educação e cuidados de saúde) e carência social (liberdade individual e igual tratamento perante a lei, direito a um nível de vida aceitável e direito de participação no exercício do poder político). (OLIVEIRA, 2012b, p. 39).

Em Angola, um dos grandes problemas que afeta a maioria das famílias é a pobreza. Aproximadamente a cada mês há cidadãos que perdem a sua capacidade de comprar alimentos, pagar a renda de casa e comprar medicamentos em caso de doença. “As mulheres e as crianças

são as que mais sofrem os efeitos da pobreza no seio familiar, porque uma grande parte das famílias angolanas são chefiadas por mulheres (23%) [...]” (UCAN, 2011, p. 44).

Desde 1975 a 2002, compreende-se a situação de pobreza em Angola no seio das populações desalojadas e refugiadas para as cidades e vilas em busca de proteção física e moral, porque o país estava envolvido numa guerra civil sangrenta e desumana. Mas desde 2002 até a data presente existem falhas na capacidade nacional em traduzir os rendimentos econômicos na aplicação das políticas socioeconômicas e redistributivas dirigidas à melhoria do bem-estar das populações, o que tem provocado grandes problemas sociais e econômicos nos setores da educação, saúde e habitação. Nota-se uma estagnação econômica, uma perpétua dependência ao petróleo bruto e ao endividamento externo selvagem que deslumbra um futuro escuro para as futuras gerações.

Em Angola, os níveis de escolarização são baixos devido à baixa oferta do serviço da educação, como falta de infraestruturas e de professores bem preparados em quantidade e qualidade desejada, e o acesso limitado a recursos financeiros por parte da população (MINPLAN, 2005).

Alguns fatores não podem passar despercebidos, como a guerra civil que assolou o país durante quase três décadas, entre 1975 a 2002; a mudança de regime político nos anos 1990, do regime monopartidário para o Estado multipartidário; a implementação de programas de ajustamento estrutural adaptados sem o estudo prévio e sem a devida contextualização e a política de endividamento externo em vez de incentivar a produção interna durante décadas. Tais fatores conduziram o país a uma deterioração das condições de vida da população e o crescimento acelerado da pobreza extrema, da corrupção, do nepotismo e alguns poucos detentores do poder político, militar e governamental.

Tal conjuntura encaminhou o país à uma desorganização social, criou o nível de catástrofe social, provocou nas pessoas a inversão de valores que as conduziu em pautar pelo imediatismo, à esperteza, à ganância sem trabalho, roubos sem vergonha, enriquecimento rápido, ao culto às chefias, devido às condições criadas pelas circunstâncias e tensão estabelecida. A promoção da incompetência baseada no nepotismo e na corrupção estimulam o mau desempenho das instituições e a má qualidade da educação. A falta de prestação de contas provocou o fraco crescimento econômico, além de dificuldades em realizar a fiscalização das ações econômicas e educativas, porque muitos empregadores e promotores do ensino, sobretudo, nas escolas privadas e público-privado confundiam-se com o próprio Estado.

O sistema de liberalização da economia, isto é, a saída de um Estado de regime econômico centralizado, para um Estado de investimento privado foi mal compreendido, ou mal gerido, numa década conturbada e de guerra civil entre o Governo e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) – um partido rebelde com um pé no Parlamento e outro pé na mata com as armas nas mãos semeando a dor e luto. Nessa altura, com a atenção do Governo focada na defesa da soberania nacional, integridade territorial, unidade e garantia da Independência do país, não proporcionou bons incentivos e injeção financeira para a produção agrícola e industrial porque era impossível, visto que, quase 80% do país estava em conflitos militares e minado. O setor privado comercial rapidamente foi invadido pelos curiosos e malfeitores que o transformaram em fonte de esvaziamento dos cofres do Estado, passando-se por empresários. Naquela época, os setores sociais (educação e saúde), perderam muitos recursos humanos que preferiram emigrar para os outros países.

Este cenário deu origem a um sistema educativo deficitário, a corroborar para que a maioria da população não conheça, de forma significativa, os seus direitos e deveres, como cidadãos de um Estado Democrático de Direito em função da Constituição Angolana (ANGOLA,

2010, p. 12 e 13, artigo 22º, pontos 1, 2, 3 e artigo 23º, pontos 1 e 2), levando as pessoas a um conhecimento transversal da realidade e da exclusão social da maioria.

EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA

O termo exclusão social faz parte da tradição francesa de análises de pessoas e grupos sociais desfavorecidos, tendo sido empregue, inicialmente, com objetivo de referir o afastamento de rede de relações a que estão sujeitos indivíduos e grupos sociais (CARVALHO, 2004a, 2004b). O ser humano em condições de pobreza encontra-se em situação de exclusão social, porque enfrenta barreiras e encontra-se excluído da dimensão econômica e do acesso aos bens socialmente desejados, como a educação de qualidade, a assistência médica condigna, ao lazer e bem-estar mental.

A qualidade de vida em Angola é muito baixa (CARVALHO, 2004a, 2004b). É visível no campo e na cidade em Angola, a falta de tudo o que dignifica um ser humano, no que concerne as necessidades básicas para o sustento da pessoa humana. Segundo Carvalho (2004a, 2004b), a maioria dos angolanos não tem acesso aos direitos sociais de cidadania. Visto que possuem o baixo acesso a instrução formal, a assistência sanitária, a habitação condigna e um saneamento adequado. “Há autores que consideram que em determinadas sociedades, nem todos os pobres estão em situação de exclusão, em virtude de alguns deles poderem contribuir para coesão social” (CAPUCHA, 2005, p. 217). Em Angola, é visível em cada canto da cidade, na periferia e nas aldeias, o tipo de habitação da maioria da população, os acessos, a falta de energia elétrica, a falta de água potável, a falta de meios financeiros para o investimento no campo, a falta de escolas e hospitais.

[...] Algumas propostas de solução dos trabalhos consultados, a sua concretização não se afigura simples nem pacífica, requerendo mudanças institucionais, políticas, econômicas, sociais e culturais, no âmbito de um processo de reformas no Estado e na sociedade, para acomodar uma nova maneira de encarar a resolução do problema dominante: a desigualdade que gera pobreza (ABREU, 2012, p. 14).

Isto tudo é visível, inegável e é concreto. Leva-nos em compreender que, existe uma maioria de crianças excluídas dos rendimentos diretos e indiretos das várias riquezas do país e com maior destaque do petróleo e diamantes.

DESIGUALDADES SOCIAIS

As desigualdades sociais em Angola, enquanto país independente, segundo o relato de um dos pais “A”, disse que as condições econômicas da maioria,

[...] agudizaram-se na década 80 com o surgimento diferenciado das lojas para o povo, onde era comprado algumas roupas usadas sem qualidade, em média dois quilogramas de arroz, um de açúcar, uma barra de sabão... para um mês, através do cartão de trabalhador e o povo não trabalhador do Estado, não tinha o direito de fazer as compras em nenhuma loja. E as lojas dos dirigentes denominadas (Lojas Frangas), onde se comprava o vinho tinto, aguardente, roupas de boa qualidade, geleiras, ferros de engomar e outros bens que o povo não tinha direito.

O relato justifica o surgimento de muitos bairros desorganizados, que circundam a pequena e linda Cidade do Lubango. Tchavola, nome proveniente da língua Umbundu, que significa “algo podre” (tradução nossa), foi por muito tempo uma zona de aterro sanitário. A zona foi povoada em 2012 pela população que havia construído na linha férrea do caminho de ferro de Moçâmedes.

[...] O Estado angolano [...] procura apresentar uma imagem positiva ao povo, [...] da reconstrução da infraestrutura de base destruída durante a guerra civil, destacando reiteradas disputas entre o Estado angolano e as populações deserddadas e deslocados pelas elites que lutam pelo controle do Estado desde a independência (SANTOS, 2015, p. 99).

Em suma, o respeito pela inclusão social e pela cidadania deveria prevalecer nesta boa vontade de reconstrução da coisa pública. Porém, as “elites dos predadores” ignoram ou desprezam a grande maioria dos cidadãos pobres, valendo-se de discursos falsamente éticos e práticas injustas (SANTOS, 2015 p. 103). Enquanto isso, os alunos experimentam a fome e se sentam em pedras na Escola Primária.

O PAPEL DO GOVERNO NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O governo determina as orientações das políticas públicas que podem eliminar ou corrigir desigualdades sociais e promover a inclusão social e escolar, além de garantir o desenvolvimento pleno de uma nação una e indivisível. “Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo, que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social” (ANGOLA, 2010, p. 5). Cabe ao governo a defesa do bem-estar social, no qual as políticas sociais precisam de estar alinhadas com a evolução de investimento e as demandas da sociedade na busca da garantia dos direitos e liberdades fundamentais iguais para todos os cidadãos. Uma perspectiva, baseada na reorientação do setor social, motivado ou atraído pelos direitos iguais para todos e de inclusão social.

A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da Lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa (ANGOLA, 2010, p. 5).

O governo na qualidade de representante do poder estatal, recai sobre si a criação de condições de infraestruturas para o desenvolvimento do empreendedorismo, das redes de conhecimento e inovação dos serviços e uma educação inclusiva. O papel da liderança é importantíssimo no direcionamento do comportamento social (BERNAL-GUERRERO; CANGUE, 2018). Orientar todas as diretrizes de produção da riqueza para o bem do povo e do próprio Estado, devendo dar atenção privilegiada ao setor social, especialmente, a educação.

METODOLOGIA

Para Aurélio (2014), a metodologia é parte da lógica que estuda os métodos das diversas ciências segundo as leis do raciocínio para o alcance de determinados objetivos.

No presente artigo fez-se uso da investigação mista (qualitativa e quantitativa), com recurso a fundamentação fenomenológica e descritiva que, para Vilelas (2009), estuda, descreve os factos e fenômenos do mundo conhecido, tal como se encontram no momento do estudo, com o interesse único de produzir o conhecimento científico.

Segundo a teoria de Navalha de Ockham, “as entidades não devem ser multiplicadas sem necessidade, isto é, há que recorrer ao menor número possível de fatores para explicar seja o que for” (LOW, 2009, p. 269). A amostra é intencional na presente investigação e foi constituída por 100 professores, 10 familiares e 100 alunos da Escola Primária da Tchavola na periferia da cidade do Lubango. Um bairro novo e problemático, de disputas político-sociais, que motivou a razão da escolha do bairro para o presente estudo.

Utilizou-se para a coleta de dados o inquérito por questionário e uma entrevista semiestruturada, produzidos pelo autor e analisados por 3 experts - um formado em Teoria e História da Educação e Pedagogia Social, em serviço na educação, na formação de professores em Angola e, dois em Didática, em serviço na Universidade de Sevilha – Espanha. O questionário, com 29 itens (de respostas fechadas e graduadas em: “muito mal”, 0 valor; “mau”, 1 a 4 valores; “mediocre”, 5 a 9 valores; “suficiente”, 10 a 13 valores; “bom”, 14 a 17 valores e “muito bom”, 18 a 20 valores), configurado em três blocos: a) dados dos participantes; b) caracterização da escola; e c) diagnóstico do impacto da pobreza na aprendizagem. O estudo foi realizado de outubro de 2017 a fevereiro de 2020. O questionário foi aplicado aos professores e alunos da Escola Primária do Bairro da Tchavola, já aos pais e encarregados de educação foi aplicada a entrevista semiestruturada. Recorreu-se também a observação e a análise bibliográfica nacional e internacional de temáticas relativas à questão da pobreza, ensino e aprendizagem.

Os resultados e a discussão foram organizados a partir das seguintes categorias: caracterização do gênero dos professores, habilitações literárias dos professores, perfil escolar e socioeconômico dos alunos, rendimento escolar, relação qualidade de ensino e pobreza, acompanhamento familiar nos estudos dos filhos, caracterização dos gêneros dos alunos, percepção sobre pobreza pelos alunos considerados pobres, investimento na educação dos filhos pelos familiares, condições habitacionais e sanitárias, participações escolares¹, condições de trabalho dos professores e vida dos familiares.

Importa esclarecer que a Escola do Bairro da Tchavola se localiza na zona periférica da cidade do Lubango, tem oito salas definitivas e cinco salas improvisadas, o que totaliza 13 salas de aulas. As salas não possuem a iluminação e são pouco ventiladas. A escola possui as casas de banho, mas não podem ser utilizadas por falta de água canalizada e nem sempre a escola possui dinheiro para comprar uma cisterna de 10 mil litros de água, o suficiente para o consumo interno para uma semana letiva, por isso as crianças fazem as necessidades na via pública. A Escola possui uma diretora, um chefe de secretaria, cinco coordenadores de classes e 93 professores frente aos alunos, dos quais 40 são do sexo masculino e 60 do sexo feminino.

Dos 100 professores, 60% não possuem a formação pedagógica e trabalham com as turmas super lotadas de alunos, que se acomodam como podem. Sentados em condições inadequadas, em pedras, latas e outras em cadeiras plásticas, sem o conforto indicado para uma criança que precisa de aprender a escrever corretamente, com o risco de contraírem doenças, como a deformação da coluna vertebral. O relatório do Fundo da Nações Unidas para Infância (UNICEF, 2018, p. 2) indica que,

¹ Participação escolar é o custo partilhado com a entidade estatal, um valor monetário pago pelos encarregados de educação em algumas escolas do Estado em Angola. O respectivo dinheiro é gerido pela comissão de pais, constituída democraticamente, e serve para financiar alguns projetos internos da escola que não podem esperar pela verba orçamentada pelo Ministério das Finanças.

[...] a maior parte das crianças angolanas sofre alguma privação, sendo que cerca de 73% sofre mais de três privações. A situação é mais preocupante nas zonas rurais e nas faixas etárias dos 0 aos 5 anos de idade, e também dos 12 aos 17 anos, onde a taxa de privação, ou carência é superior aos 80%.

Em suma, existem problemas que afetam a aprendizagem dos alunos, concretamente a falta de condições materiais escolares, de higiene e saneamento na escola, a falta de formação pedagógica por parte de alguns professores frente ao aluno e na gestão, além da falta da merenda escolar e a precariedade da vida socioeconômica das famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das respostas do corpo docente, pode-se compreender que os 100 professores inquiridos, 40 são do sexo masculino equivalente a 40%, e 60% do sexo feminino.

No que tange à habilitação dos professores, 35% dos professores inquiridos possuem o grau de bacharel, 50% possuem o grau de licenciado, e 15% tem o ensino médio. Do corpo docente, 60% não possui a formação pedagógica e trabalha com turmas super lotadas.

A partir da entrevista aplicada aos professores, veja a tabela 1, todos os professores afirmaram a existência de alunos com o baixo nível econômico, desprovidos de condições materiais de sustentabilidade para se manter as condições básicas de vida humana. Disseram que existem crianças que, quase todos os dias chegam à escola sem o pequeno-almoço, muitas são vezes que afirmam não terem se alimentado no dia anterior.

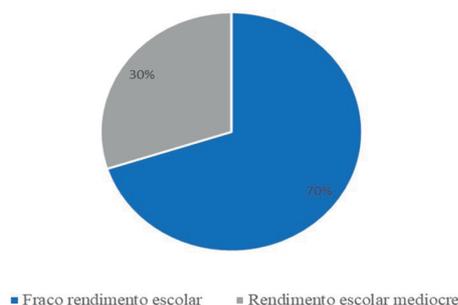
Tabela 1: Perguntas formuladas para os professores

Número do item do questionário para os professores	Formulação do item
1	O/a sr/a professor/a conhece alunos com o nível de vida abaixo da média económica na sua sala de aulas?
4	Qual é o rendimento escolar dos alunos com o nível de vida económica precária?
11	A pobreza dos alunos tem implicações na qualidade da aprendizagem na sua disciplina?
12	Os pais e encarregados de educação têm acompanhado o rendimento escolar dos seus educandos?
14	O aluno identificado como pobre, isto tem influência na qualidade da sua assimilação dos conhecimentos ministrados na sala de aula (no processo de ensino-aprendizagem)?

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Relativamente ao item quatro do questionário dos professores, da tabela 1, 70% dos professores responderam que os alunos com o baixo nível de vida econômica têm o fraco rendimento escolar e 30% responderam que têm o rendimento medíocre na escala de (muito mal, mau, medíocre, suficiente, bom e muito bom). Em função das respostas apresentadas pelos professores, a figura 1 nos ajuda a perceber que grande parte dos alunos, com o baixo nível de vida econômica, possuem fraco rendimento escolar, o que pode constituir uma problemática associada ao contexto da realidade escolar.

Figura 1: Rendimento escolar dos alunos pobres

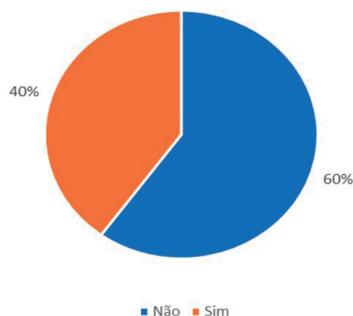


Fonte: dados da pesquisa. Elaboração do autor.

No que tange a pergunta de n. 11 do questionário (tabela 1), verificou-se uma concordância de opiniões e sugestões dos professores inquiridos, sendo que todos os professores afirmaram que a pobreza tem implicações na qualidade de ensino, razão pela qual, o governo precisa melhorar o processo de distribuição da merenda escolar, o que deve ser acompanhada por um estilo de gestão e liderança responsável e comprometida. Os gestores precisam assumir as suas capacidades de controle e rigor, conhecendo as particularidades de cada aluno, bem como as suas famílias para minimizar e reduzir o índice de desistências e a produção de adolescentes e jovens sem instrução escolar.

Sobre o item do questionário dos professores nº 12, tabela 1, dos 100 professores participantes na investigação, 60% responderam “não” e 40% responderam “sim”, conforme a figura 2. Trata-se de entender que a maioria dos pais e encarregados de educação não têm acompanhado o rendimento escolar dos seus filhos, por causa das suas atividades de subsistência.

Figura 2: Acompanhamento do rendimento escolar dos educandos pelos pais encarregados de educação



Fonte: dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Sobre o item do questionário dos professores nº 14, tabela 1, 20% participantes do estudo responderam “não” e 80% responderam “sim”. Obrigar uma criança a ficar na sala de aula a fome é um castigo desnecessário, porque acaba por não aprender nada. Em função das repostas afloradas pelos professores, compreende-se que a pobreza tem reflexos no processo de ensino-aprendizagem.

Acrescenta-se que participaram na investigação 100 alunos, majoritariamente do sexo masculino, correspondendo 60% e a minoria é do sexo feminino, com 40%, fazendo assim o total de 100%. A tabela 2 mostra as perguntas aplicadas aos alunos.

Sobre o item do questionário dos professores nº 14, tabela 1, 20% participantes do estudo responderam “não” e 80% responderam “sim”. Obrigar uma criança a ficar na sala de aula a fome é um castigo desnecessário, porque acaba por não aprender nada. Em função das

repostas afluadas pelos professores, compreende-se que a pobreza tem reflexos no processo de ensino-aprendizagem.

Acrescenta-se que participaram na investigação 100 alunos, majoritariamente do sexo masculino, correspondendo 60% e a minoria é do sexo feminino, com 40%, fazendo assim o total de 100%. A tabela 2 mostra as perguntas aplicadas aos alunos.

Tabela 2: Perguntas formuladas para os alunos

Número do item do questionário para os alunos	Formulação do item
2	Já ouviste falar da pobreza?
8	Já foste a escola a fome e te sentiste mal na sala de aula?
16	Os teus pais compraram todos os materiais escolares para ti que a professora ou o professor pediu, para compreenderes bem as matérias da escola?
19	Em casa vocês têm a televisão, água canalizada, luz elétrica e outras coisas?
22	Tens tido problemas com as participações de escola?

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração do autor.

Todos os alunos participantes da investigação responderam, de forma unânime, que já ouviram falar da pobreza e têm noção da condição social que vivem. Sabem que vivem num bairro sem luz elétrica, água potável, ruas sem infraestrutura. E as crianças reconhecem que lhes falta de tudo, como brinquedos, roupas bonitas, uniforme escolar e, sobretudo, alimentos para todos os dias.

Em função das respostas dos inquiridos, pode-se compreender que o aluno identificado como pobre tem maior dificuldade de chegar à escola, por causa de falta de dinheiro para pagar o táxi diariamente, também encontra dificuldades de inserir-se no seio dos colegas, pois a fome impede a boa prestação de atenção às aulas. Tudo isso influencia para a indisposição de aprender com a qualidade desejada e sentir-se incluído socialmente.

Dos 100 alunos inquiridos, 70% responderam “sim” ao item nº 8 da tabela 2, enquanto 30% responderam “não”. Em função das respostas dos inqueridos, compreende-se que 70% dos alunos da escola da Tchavola, no que diz respeito a vida familiar, eles dizem que as suas famílias não oferecem condições para a sua vida académica, e por várias vezes as crianças sentem-se obrigadas a ficar na sala de aula.

Com relação ao item nº 16 da tabela 2, dos alunos inquiridos, 60% responderam “não” e 40% responderam “sim”. Compreende-se, assim, que, grande parte dos alunos da escola em causa, não tem tido apoio para a aquisição dos materiais didáticos, o que dificulta aos alunos para estudarem em pé de igualdade com os outros, resolverem as tarefas e praticarem as consultas que se acharem necessárias em casa.

O item do questionário dos alunos número 19, tabela 2, dos alunos inquiridos, 60% responderam “não” e 40% responderam “sim”. Deste modo, verifica-se que, grande parte dos pais e encarregados de educação não oferecem condições aceitáveis, o que pode naturalmente condicionar a assistência social dos seus filhos e fundamentalmente no processo de ensino-aprendizagem, razão pela qual, o Estado precisa formular políticas sociais de apoio ao ensino-primário obrigatório, mais atenção às populações carenciadas, e apoio alimentar para os alunos.

Sobre o item nº 22, tabela 2, dos alunos inquiridos, 20% responderam “não” e 80% responderam “sim”. Isto significa que 80% afirmaram que inúmeras vezes tiveram de sair da

sala de aula para comunicarem aos pais que a diretora disse que não poderiam voltar a assistir as aulas, se não pagassem a comparticipação trimestral.

Nesta senda, nota-se que grande parte dos alunos da escola em referência têm encontrado dificuldades no pagamento trimestral da comparticipação escolar, que consiste no valor monetário que os pais pagam como contribuição trimestral em algumas escolas públicas em Angola. O dinheiro da comparticipação é gerido por uma comissão de pais e encarregados de educação eleita democraticamente e os valores monetários destinam-se para a manutenção regular dos serviços internos da escola, como pagamento dos guardas, compra de produtos de higiene escolar e outros projetos urgentes que não podem esperar pela injeção orçamental do Estado.

Tal situação ocorre porque a maioria dos pais não possuem condições económicas para pagarem a tempo. A investigação indica que maior parte dos encarregados de educação que constituem a amostra são pessoas sem emprego, quase nunca têm as três refeições diárias, vivem em condições de precariedade. O estudo de (CARVALHO; EUGÉNIO, 2020), indica que a merenda escolar embora esteja legislada, não é servida na maioria das escolas angolanas. Cerca de 93% das escolas primárias não estão abrangidas, apenas 7% estão cobertas a nível do país. O Estado tem a obrigação legal de alocar em tempo oportuno e, para todos os estabelecimentos escolares os orçamentos para o pagamento da manutenção das infraestruturas e compras de bens essenciais e cuidados sociais com os alunos em estado de pobreza, que afeta maior parte da população estudantil angolana. E neste ano, muito mais deve-se também ter em conta a prevenção da COVID – 19, associada as outras doenças tradicionais como a cólera e paludismo. Um interlocutor do estudo argumentou que,

os orçamentos para as escolas não deveriam ser alocados para os Gabinetes Provinciais da Educação e às Administrações municipais, como tem sido até agora, porque em vez de resolverem os problemas reais das escolas têm acabado por cair nas mãos de gestores provinciais e municipais que, os têm alocado para as outras despesas que não contribuem para o impacto na aprendizagem dos alunos e na boa prestação de serviço dos professores nas escolas, (COORDENADOR ESCOLAR – A, 20 de janeiro de 2020).

Os pais e encarregados de educação da escola da Tchavola têm a obrigação de acompanhar o rendimento escolar dos seus educandos e o diretor da escola também tem de cumprir cabalmente com o seu trabalho de gestão e liderança desejada (CANGUE, 2018). A direção da escola em colaboração com os pais, professores e comunidade precisam de cumprir com os objetivos inscritos na Lei 17/16, artigo 2º, pontos 1, 2 e 3, sobre as Bases do Sistema da Educação em Angola.

Para se compreender a profundidade do assunto, fez-se a entrevista com algumas famílias dos alunos, grande parte dos pais e encarregados de educação dizem que não trabalham em nenhuma empresa pública ou privada, como afirmou o pai “B”: “Vivo fazendo trabalhos informais de compra e venda de tudo que for possível para sustentar a minha família”, disse o interlocutor, na conversa com o investigador. O pai “C”, o pai “D” e o pai “E”, todos os dias madrugam para irem ao mercado esperar se alguém os confia carregar algumas mercadorias e receber em troca algum dinheiro para comprar um quilograma de farinha de milho ou um quilograma de arroz. Num universo de 100%, nove encarregados, equivalentes a 90% estão desempregados e um, apenas, equivalente a 10%, diz que tem trabalho fixo. Os relatos remetem em refletir sobre as exigências do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE) 2017 – 2030, cujo seu objetivo global orienta que se deve

[...] promover o desenvolvimento humano e educacional de qualidade para todos e cada um com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida, assegurando

o acesso universal ao ensino obrigatório, nos termos definidos por Lei e através de investimentos estratégicos na formação e educação do capital humano (UNESCO, 2015).

Além do cumprimento dos pontos 6, 7, 8, 9, 10 e 11 da Educação 2030 – Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação – Rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e à educação que, promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (UNESCO, 2015).

Em função das respostas dos entrevistados, compreende-se que a problemática inerente a pobreza nas famílias desta comunidade é uma realidade notória, pelo que, grande parte afirma com clareza que não trabalham. No sentido de que não estão empregados. Interrogados se possuem casas próprias, dos 10 inquiridos, nove afirmaram que não têm as casas próprias e um diz que tem a casa própria, embora sem luz e nem água canalizada, mas vive em sua própria casa de barro e coberta de chapas de cinco e as condições habitacionais de cada um dos entrevistados é péssima. Vivem em casas muito apertadas, os quartos muito pequenos, paredes escuras de fumo de candeeiro e inapropriadas para viver um ser humano. Todos os pais e encarregados de educação, afirmaram não terem acesso a água potável canalizada e luz elétrica, todos buscam a água numa fonte pública.

Os pais e encarregados de educação também declaram, em unanimidade e clareza, dizendo que, o seu nível de vida não os permite acompanhar os estudos dos seus filhos todas as manhãs. De segunda a sábado, a maior preocupação dos pais ou responsável é de sair de casa para realizar algum trabalho informal, como ajudar carregar alguns objetos, lavar a roupa de alguém em troca de dinheiro, comprar e revender no mercado informal alguma mercadoria e pensar trazer qualquer coisa para comer com os filhos em casa. Já não resta o tempo para nada. O ensino dos filhos diante das dificuldades, passa a ser o secundário.

CONCLUSÃO

A pobreza em Angola está associada aos fatores de exploração colonial por Portugal, a independência em 1975 que não reestruturou a sociedade, a guerra civil pós independência de 1976 a 2002, a falta de políticas claras de luta contra a pobreza no período pós independência, oportunismo de alguns cidadãos ligados ao sistema governativo no país independente, má distribuição dos quadros formados dentro e fora do país, falta de investimento no sector social, fundamentalmente no subsistema da educação. “As dificuldades de acesso às necessidades básicas como alimentação, educação, emprego, água potável, saneamento básico, entre outras, colocam a maioria da população africana, no geral, e angolana, em particular, a viver em condições desumanas” (OLIVEIRA, 2012a, p. 29).

A investigação empírica revela que existe a estrutura da rede escolar deficitária no meio rural e urbano, associada a pobreza das famílias (SILVA; CARVALHO, 2009), tudo isso faz com que os alunos com o nível baixo de vida econômica, não tenham o bom aproveitamento escolar, muitos são os casos em que acabam por desistir para exercerem atividades de ajudantes de compras, carregadores, engraxadores, empregados de compras e vendas de objetos nos mercados e ruas das cidades, para ajudarem os pais no sustento das suas famílias. Outros podem optar pelo uso de drogas, delinquência e as meninas optarem pela via da prostituição, o que tem implicações no processo de ensino e contribui para que a qualidade de ensino não seja atingida. Como pensa Abreu (2012),

a participação dos pobres nas distintas etapas de mapeamento e concepção de estratégias e programas de combate à pobreza permite uma maior compreensão das múltiplas dimensões e da complexidade que ela comporta; ao falarem das suas

vidas, necessidades e esperanças, os pobres destacam a fome, mas referem-se, com insistência às dimensões sociais, físicas e psicológicas, à falta de liberdade de escolha e de ação [...]. Pobreza é a humilhação do sentimento de ser dependente e forçado a aceitar a rudeza, os insultos e a indiferença [...]. Nesta perspectiva, a pobreza é ausência de voz e de poder, é insegurança e ansiedade. (ABREU, 2012, p. 109).

Em suma, é importante que se criem políticas de participação direta da comunidade, apoio material e alimentar, políticas públicas direcionadas para os alunos do Ensino Primário sem condições econômicas, já que as crianças são o futuro do país. Que se crie condições de recursos didático-pedagógicos, formação pedagógica e contínua para os professores, gestores escolares e pessoal administrativo, no intuito de compreenderem e ajudarem os alunos numa visão inclusiva e promover-se as políticas funcionais para o melhoramento do sistema de distribuição de água potável e luz elétrica. Os pais e encarregados de educação desempregados precisam de incentivo para frequentarem a formação profissional para que, eles próprios consigam empreender e criarem o seu próprio emprego seguro e fixo.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. República de Angola: Luanda, 2010.

ANGOLA. **Lei nº 17/16 - Lei de Bases do Sistema da Educação**. Luanda, 2016.

ABREU, Cesaltina. Social inequality and poverty: yesterday, today and (what) tomorrow. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 9, p. 93-111, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.440>.

AURÉLIO, M. **Conceito da metodologia**. 5. Edição. Cabo-Verde: Porto, 2014.

BERNAL-GUERRERO, Antonino; CANGUE, Justino. The leadership in Angolan teacher training schools. **The International Journal of Educational Organization and Leadership**, 25, n. 1, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.18848/2329-1656/CGP/v25i01/15-28>.

CANGUE, Justino. **Liderança na gestão das escolas de Formação de Professores em Angola**. Tese (Doutorado em Educação) - Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Sevilla, Sevilha, Espanha, 2018.

CAPUCHA, Luís Antunes. **Desafios da pobreza**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal, 2005.

CARVALHO, Carlos Rosado; EUGÉNIO, Kussy. **Estado da educação em Angola**. Direito ao ponto. You Tube. TV Zimbo - Luanda, 8 de junho, 2020.

CARVALHO, Paulo de. **Modos de vida e estratégias de sobrevivências dos deficientes físicos na cidade de Luanda**, Luanda, 2004a.

CARVALHO, Paulo de. **Exclusão social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2004b.

COSTA, Alfredo da. **Exclusões sociais**. Edições Gradiva – Lisboa, 1998.

LOW, Stephen. Filosofia. **História, Ideias, Teorias, Quem é Quem, Como Pensar**. Guias Essenciais. DW Civilização Editores, Lisboa. 2009.

MINPLAN (Ministério do Planeamento). Estratégia de combate à pobreza: Exposição Síntese de Alguns Itens Seleccionados da Vertente Social. **Cadernos da População e Desenvolvimento**, Luanda, ano V, v. 9, n. 1, 2005.

OLIVEIRA, Sílvia de. Looking at poverty in Angola. Causes, consequences and strategies for its eradication. **Ciências Sociais Unisinos**, Unisinos, São Leopoldo, v. 48, n. 1, p. 29 – 40, 2012a. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2012.48.1.04>

OLIVEIRA, Sílvia de. Modos de vida da pobreza em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 9, p. 125-134, 2012b. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.457>.

PNDE (Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação). **Educar** – Angola, 2017-2030. Huambo, 2017.

ROCHA, Manuel José Alves. **Opiniões e reflexões - Colectânea de artigos, conferências e palestras sobre Angola, África e o Mundo**. Luanda, 2004.

RODRIGUES, Eduardo Victor. **A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal**. Lisboa: Universidade do Porto - Faculdade de Letras. 1999.

SANTOS, Daniel dos. Encontro entre a pobreza e moral em Luanda. Urbanização, direitos e violência. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 99-122, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100099&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100007>.

SEN, Amartya. **Pobreza e Fome**. Um estudo sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar Editora - 1999.

SILVA, Eugénio; CARVALHO, M. J. Educação em Angola e desigualdades de género: Quando a tradição cultural é factor de exclusão. X CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO. **Anais...** Universidade de Minho. 2009.

UCAN (Universidade Católica de Angola). **Relatório de Angola**. Centro de Estudo e Investigação Científica, junho, 2011.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **Incheon Declaration - Education 2030: Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all**. Incheon, Coreia: Unesco, UNICEF, Banco Mundial, FNUAP, PNUD, ONU Mulheres e ACNUR, 2015.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **A criança em Angola - Uma análise multidimensional da pobreza infantil**. Angola: Instituto Nacional de Estatística, UNICEF, 2018.

VILELAS, José. Investigação. **O Processo de construção de conhecimento**. Edições Sílabo – Lisboa. 2009.

SOBRE O AUTOR

Justino Cangue: Doutor em Teoria e História da Educação e Pedagogia Social, Faculdade de Educação, Universidade de Sevilha - Espanha. Professor do Magistério Superior no Instituto Superior Politécnico Independente - Angola.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

CANGUE, Justino. Exclusão social e pobreza na qualidade de ensino: estudo de caso no ensino primário em Angola. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, p. 169-182, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/rep>. E-ISSN: 2675-3294

Submetido em: 08/06/2020

(01) Revisões requeridas em: 22/06/2020

(02) Revisões requeridas em: 11/08/2020

Aprovado em: 17/08/2020